

# PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DO PORTO

## OBJETIVOS PROCESSUAIS/AÇÕES A DESENVOLVER

**2015-2016**

- 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Secções da Instância Central de Família e Menores –
- 1ª, 2ª, 3ª e 4ª E 5ª Secções da Instância Central do Trabalho –
- 1ª, 2ª e 3ª Secções Criminais da Instância Central –
- Secções Criminais da Instância Local de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Vila do Conde, Santo Tirso, Valongo e Vila Nova de Gaia –
- 1ª, 2ª e 3ª Secções Cíveis da Instância Central –
- 1ª e 2ª Secções de Execução da Instância Central –
- 1ª e 2ª Secções de Comércio da Instância Central –
- Secções Cíveis da Instância Local de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa do Varzim, Santo Tirso, Valongo e Vila Nova de Gaia
- Tribunal de competência territorial alargada de Execução de Penas do Porto

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ANUAIS	OBJETIVOS PROCESSUAIS/AÇÕES A DESENVOLVER
<b>A. ÁREAS PRIORITÁRIAS</b>	
A.2 – Violência Doméstica	1. SECÇÕES DE FAMÍLIA E MENORES: <ul style="list-style-type: none"><li>— Comunicação tão precoce quanto possível aos magistrados da área criminal da notícia da comissão de ilícitos criminais de natureza pública.</li></ul>
A.6 – Proteção da vítima	1. SECÇÕES DE FAMÍLIA E MENORES: <ul style="list-style-type: none"><li>— Serviço permanente de atendimento ao público por magistrado;</li><li>— Comunicação tão precoce quanto possível aos magistrados da área criminal da notícia da comissão de ilícitos criminais de natureza pública.</li></ul>
A.7 – Direitos das crianças e jovens	1. SECÇÕES DE FAMÍLIA E MENORES: <ul style="list-style-type: none"><li>— Serviço permanente de atendimento ao público por magistrado.</li></ul>
A.11 – Direitos dos trabalhadores	1. SECÇÕES DE TRABALHO. <ul style="list-style-type: none"><li>— Serviço permanente de atendimento ao público por magistrado.</li><li>— Articulação de proximidade com os magistrados das secções de Comércio.</li></ul>
A.12 – Direitos humanos	1. Tribunal de Competência Territorial Alargada de Execução de Penas do Porto.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Sem prejuízo da autonomia do seu patrocínio por advogado, adopção práticas e atitudes que favoreçam a receptibilidade de queixas dos reclusos e ulterior tratamento delas.</li> </ul>
<b>B. QUALIDADE DA AÇÃO</b>	
B.1 – Promoção da igualdade do cidadão perante a lei	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. TODAS AS JURISDIÇÕES: <ul style="list-style-type: none"> <li>— Serviço permanente de atendimento ao público por magistrado.</li> </ul> </li> <li>2. TRIBUNAL DE COMPETÊNCIA TERRITORIAL ALARGADA DE EXECUÇÃO DE PENAS DO PORTO. <ul style="list-style-type: none"> <li>— Sem prejuízo da autonomia do seu patrocínio por advogado, adoptar práticas e atitudes que favoreçam a receptibilidade de queixas dos reclusos e ulterior tratamento.</li> </ul> </li> </ol>
B.2 – Visão integrada da intervenção do Ministério Público nas diferentes fases processuais e instâncias	Cfr. B.3 – Articulação da intervenção entre diversas jurisdições <i>infra</i> .
B.3 – Articulação da intervenção entre diversas jurisdições	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. SECÇÕES DE FAMÍLIA E MENORES: <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. Articulação com os departamentos e secções das áreas criminal e cível: <ul style="list-style-type: none"> <li>— Comunicação tão precoce quanto possível aos magistrados da área criminal da notícia da comissão de ilícitos criminais de natureza pública;</li> <li>— Remessa tão precoce quanto possível aos magistrados das instâncias cíveis dos expedientes relativos a situações que aconselhem a instauração de procedimentos da respectiva competência;</li> <li>— Sensibilização dos magistrados das áreas criminal e cível para a remessa tão precoce quanto possível aos da jurisdição da família e menores dos expedientes que aconselhem a instauração de procedimentos tutelares.</li> </ul> </li> </ol> </li> <li>2. SECÇÕES DE TRABALHO: <ol style="list-style-type: none"> <li>2.1. Articulação com os departamentos e secções das áreas criminal, de comércio e cível: <ul style="list-style-type: none"> <li>— Comunicação tão precoce quanto possível aos magistrados da área criminal da notícia da comissão de ilícitos criminais de natureza pública;</li> <li>— Encaminhamento tão precoce quanto possível para os magistrados do Ministério Público nas secções de comércio das situações que justifiquem o patrocínio de trabalhadores na instauração de procedimentos de insolvência, de revitalização ou de verificação ulterior de créditos;</li> <li>— Sensibilização dos magistrados das áreas criminal e cível para a comunicação tão precoce quanto possível aos da jurisdição da laboral</li> </ul> </li> </ol> </li> </ol>

	<p>das situações que configurem acidente de trabalho, mormente, as conexas com acidente de viação.</p> <p>3. SECÇÕES DA ÁREA DA JURISDIÇÃO CÍVEL – secções cíveis centrais e locais, secções centrais de execução e secções centrais de comércio.</p> <p>3.1. Articulação das secções de comércio e cíveis com os departamentos e secções da área criminal:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Reforço da proximidade dos magistrados das secções do comércio e cíveis aos da área criminal, de molde a facilitar a circulação de informação e de documentação em vista, designadamente: <ul style="list-style-type: none"> <li>— Das decisões da qualificação da insolvência e da apreensão de bens nas secções de comércio;</li> <li>— Da investigação, instrução e julgamento das infracções criminais conexas com os fenómenos falimentares;</li> <li>— Da instauração de procedimentos de declaração de interdição por anomalia psíquica nas secções cíveis com base em indicação bastante colhida em procedimento de internamento compulsivo;</li> <li>— Da instauração de procedimentos de internamento compulsivo na secção criminal local com base em indicação bastante colhida em procedimento de interdição.</li> </ul> </li> </ul> <p>3.2. Articulação das secções de comércio com as secções de trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Reforço da proximidade dos magistrados das secções do comércio aos da área laboral, de molde a facilitar a circulação de informação e de documentação em vista, designadamente: <ul style="list-style-type: none"> <li>— Da tomada de conhecimento tão precoce tanto possível da tomada de decisões em processos falimentares que obstem à instauração e seguimento de processos laborais;</li> <li>— Da verificação ulterior de créditos laborais e de coimas em processos falimentares;</li> <li>— Da apreensão de bens em procedimentos falimentares.</li> </ul> </li> </ul> <p>3.3. Articulação das secções cíveis com as secções de família e menores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Reforço da proximidade dos magistrados das secções cíveis aos da área de família e menores, de molde a facilitar a circulação de informação e de documentação em vista, designadamente, da instauração tão precoce quanto possível de procedimentos tutelares cíveis.</li> </ul> <p>4. Tribunal de Competência Territorial Alargada de Execução de Penas do Porto.</p> <p>4.1. Articulação com os magistrados do Ministério Público nas secções criminais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Reforço da proximidade dos magistrados do TEP aos das secções criminais, seja mediante a promoção de canais e encontros informais de troca de informação relevante, seja mediante a promoção de reuniões formais para afinação de critérios e uniformização de entendimentos e práticas.</li> </ul>
--	---

	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Sensibilização da Procuradoria-Geral Distrital para a realização de um encontro alargado de magistrados ao nível das circunscrições do Tribunal da Relação da Porto e do Tribunal da Relação de Guimarães para discussão e uniformização de práticas e entendimentos em matérias de interesse comum, entre outras as relativas: <ul style="list-style-type: none"> <li>— À declaração de contumácia em caso de incumprimento de pena de prisão subsidiária;</li> <li>— À competência para a prolação do despacho de extinção da pena da prisão;</li> <li>— À competência para a emissão dos mandados de libertação e desligamento;</li> <li>— À competência para a liquidação da pena decretada em cada um dos processos da condenação nos casos de execução sucessiva de penas.</li> </ul> </li> </ul>
<p>B.5 – Articulação com Órgãos de Polícia Criminal e outras entidades</p>	<p>1. SECÇÕES DE FAMÍLIA E MENORES:</p> <p>1.1. CPCJ's:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Reforço da proximidade dos magistrados às CPCJ's, com intensificação da atividade fiscalizadora da respectiva atividade, a exercer, preferencialmente, mediante a deslocação do procurador às respectivas instalações e apoiada em listagens e organização de processos administrativos ou pastas para acompanhamento e arquivo;</li> <li>— Abstenção de participação dos magistrados nas reuniões da comissão restrita em que se tomem decisões relativas a situações concretas, de molde a salvaguardar a respectiva independência no momento da fiscalização;</li> </ul> <p>1.2. Instituto da Segurança Social, Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e Instituto Nacional de Medicina Legal e de Ciência Forenses:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Agilização das formas de comunicação e de circulação da informação entre o Ministério Público e os serviços do ISS no sentido de potenciar o contacto célere e informal entre os magistrados e os técnicos de serviço social, recorrendo-se, designadamente, a vias simplificadas e expeditas, como o telefone e o correio electrónico;</li> <li>— Sensibilização do ISS para: <ul style="list-style-type: none"> <li>— Facultar aos magistrados os números de telefone e os endereços de correio electrónico dos próprios técnicos, enquanto factor de agilização das comunicações;</li> <li>— Abreviamento da feitura dos relatórios sociais, excessivamente demorados de momento;</li> <li>— Realização de reuniões periódicas com o Ministério Público para troca de informação e aperfeiçoamento de práticas e entendimentos.</li> </ul> </li> <li>— Sensibilização do INMLCF no sentido do abreviamento e conclusão das perícias em procedimentos de adopção, excessivamente demoradas de momento.</li> </ul> <p>2. SECÇÕES DE TRABALHO:</p>

	<p>2.1. Autoridade para as condições de trabalho.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Agilização das formas de comunicação e de circulação da informação entre o Ministério Público e os serviços ACT no sentido de potenciar o contacto célere e informal entre os magistrados e os respectivos inspetores, recorrendo-se, designadamente, a vias simplificadas e expeditas como o telefone e o correio electrónico;</li> <li>— Sensibilização da ACT para a criação de pontos de contacto nos seus serviços que, funcionado como interlocutores privilegiados – e personalizados – dos magistrados do Ministério Público, dinamizem o curso da informação e potenciem o desbloqueamento célere dos impasses surgidos.</li> </ul> <p>2.2. Instituto Nacional de Medicina Legal e de Ciência Forenses.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Agilização das formas de comunicação e de circulação da informação entre o Ministério Público e os serviços do INMLCF no sentido de potenciar o contacto célere e informal entre os magistrados e os respectivos técnicos, recorrendo-se, designadamente, a vias simplificadas e expeditas, como o telefone e o correio electrónico;</li> <li>— Sensibilização do INMLCF no sentido de abreviar a conclusão das perícias médico-legais em procedimento de acidente de trabalho, de momento nunca finalizadas em menos do que quatro a cinco meses.</li> </ul> <p>3. SECÇÕES DA ÁREA DA JURISDIÇÃO CÍVEL – secções cíveis centrais e locais, secções centrais de execução e secções centrais de comércio.</p> <p>3.1. Articulação com as secções cíveis, de execução e de comércio com a entidades fiscais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Agilização das formas de comunicação e de circulação da informação e dos documentos entre o Ministério Público e as entidades a quem deve representação nos momentos de reclamação e verificação ulterior de créditos e outras intervenções no âmbito dos processos de insolvência e de execução – v. g., os serviços locais da ATA e as direcções gerais do Ministério das Finanças –, incluindo a realização de reuniões para discussão e avaliação de procedimentos e de matérias jurídicas e judiciais de interesse mútuo;</li> <li>— Sensibilização da ATA para a criação de pontos de contacto nos serviços locais de finanças que, funcionado como interlocutores privilegiados – e personalizados – dos magistrados do Ministério Público, dinamizem o curso da informação e da documentação e potenciem o desbloqueamento célere dos impasses surgidos;</li> <li>— Sensibilização da ATA no sentido de remeter todas as certidões em formato Excel editável ou, no mínimo, de fazer acompanhar a certidão de créditos do ficheiro informático de cálculo que lhe serviu de base, desse modo facultando ao magistrado um instrumento que, célere e fiavelmente, lhe permita determinar os precisos montantes dos créditos verificáveis e seus acréscimos;</li> <li>— Sensibilização da ATA para depurar as certidões dos créditos de que, manifestamente, não cabe reclamação no caso concreto.</li> </ul>
--	---

	<p>3.2. Articulação com as secções de execução e cíveis com a Ordem dos Solicitadores</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Agilização das formas de comunicação e de circulação da informação entre o Ministério Público entre as secções cíveis e de execução e a Ordem dos Solicitadores – incluindo a realização de reuniões para discussão e avaliação de procedimentos e de matérias jurídicas e judiciais de interesse mútuo –, tendo em vista as questões conexas com a atividade dos solicitadores na veste de agentes de execução;</li> <li>— Sensibilização da Ordem dos Solicitadores para a criação de pontos de contacto dos agentes de execução que, funcionando como interlocutores privilegiados – e personalizados – dos magistrados do Ministério Público, dinamizem o curso da informação e potenciem o desbloqueamento célere dos impasses surgidos;</li> <li>— Sensibilização da Ordem dos Solicitadores para a conveniência da inserção célere no sistema CITIUS dos atos praticados pelo agente de execução;</li> </ul> <p>3.3. Articulação com as secções cíveis com os serviços policiais, de saúde e de segurança social locais e departamentos governamentais centrais –</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Agilização das formas de comunicação e de circulação da informação entre o Ministério Público nas secções cíveis e as entidades referidas – incluindo a realização de reuniões para discussão e avaliação de matérias jurídicas e judiciais de interesse mútuo – em vista, designadamente, da intervenção processual em matéria de interdições, inabilitações, interesses difusos, representação do Estado e outras intervenções.</li> </ul> <p>3.4. Articulação com as secções de comércio com a Autoridade para as Condições do Trabalho.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Agilização das formas de comunicação e de circulação da informação entre o Ministério Público nas secções de comércio e a ACT – incluindo a realização de reuniões de trabalho para discussão e avaliação de matérias jurídicas e judiciais de interesse mútuo – em vista da melhoria da intervenção, em matéria de, designadamente, qualificação insolvência, apreensão de bens e reclamação ou verificação de créditos de coimas.</li> </ul> <p>4. SECÇÕES DA ÁREA DA JURISDIÇÃO CRIMINAL – secções criminais centrais e locais.</p> <p>4.1. Articulação com Órgãos de Polícia Criminal, Autoridade Tributária e Aduaneira, Instituto da Segurança Social, Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Instituto Nacional de Medicina Legal e de Ciências Forenses e outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Agilização das formas de comunicação e de circulação da informação entre o Ministério Público e as entidades externas coadjuvantes, recorrendo-se, designadamente, a vias simplificadas e expeditas como o telefone e o correio electrónico.</li> </ul>
--	---

	<p>4.2. Articulação com os magistrados do Ministério Público do Departamento de Investigação e Ação Penal e das secções centrais de instrução criminal:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Reforço da proximidade dos magistrados do Ministério Público da fase de julgamento aos das fases preliminares, seja mediante a promoção de canais e encontros informais de troca de informação relevante – v. g., indicação das maiores dificuldades sentidas em julgamento em razão das opções em estratégias da investigação, da estruturação do despacho acusatório ou do arrolamento da prova –, seja mediante a promoção de encontros formais entre todos os magistrados para afinação de critérios e uniformização de entendimentos e práticas.</li> <li>— Instituição de um mecanismo de comunicação sistemática aos magistrados das fases preliminares das decisões finais mais relevantes proferidas na fase de julgamento.</li> <li>— Comunicação tão precoce quanto possível aos magistrados com competência investigatória das situações notificadas em fase de julgamento indiciadoras da comissão de ilícito criminal de natureza pública, emprestando-se particular atenção ao tempo da emissão das certidões pela secretaria a fim de evitar riscos de prescrição criminal.</li> </ul> <p>4.3. Articulação com os magistrados do Ministério Público das secções de trabalho e de família menores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Comunicação tão precoce quanto possível aos magistrados da área laboral das situações notificadas susceptíveis de qualificação como acidente de trabalho, nomeadamente, as conexas com acidente de viação;</li> <li>— Comunicação tão precoce quanto possível aos magistrados da área de Família e Menores das situações notificadas que revelem a necessidade de intervenção tutelar educativa, cível ou protetiva.</li> </ul>
B.6 – Atendimento ao público de qualidade	<p>1. TODAS AS JURISDIÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Serviço permanente de atendimento ao público por magistrado.</li> </ul>
B.7 – Simplificação e clareza da intervenção do Ministério Público	<p>1. TODAS AS JURISDIÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Esforço acrescido de simplificação e aclaração da linguagem utilizada nos atos e intervenções processuais, em vista da sua mais fácil apreensibilidade pelos seus destinatários preferenciais, os cidadãos.</li> <li>— Redução ao mínimo indispensável das formalidades do processo administrativo, sem prejuízo da completude da instrução e da documentação bastante dos atos praticados, das peças processuais elaboradas e dos posicionamentos e entendimentos sustentados pelo Ministério Público nos momentos processuais mais relevantes.</li> </ul> <p>2. SECÇÕES DE EXECUÇÃO E DE COMÉRCIO:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Reforço da fiscalização da atividade do administrador judicial e do agente de execução, designadamente em sede do controlo da conta respectiva.</li> </ul>

B.8 – Valorização da Intervenção em julgamento	<p>1. TODAS AS JURISDIÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Interposição de recurso em todos os casos de determinação legal ou hierárquica;</li> <li>— Interposição de recurso em todos os casos de não acolhimento das posições ou pretensões substanciais sustentadas pelo Ministério Público, a menos que razões atinentes aos interesses cuja defesa lhe incumba justifiquem a abstenção ou a decisão judicial se revele suficientemente convincente;</li> <li>— Organização de um registo dos casos de abstenção referidos no parágrafo anterior com, além do mais, indicação sumária dos fundamentos da não interposição de recurso;</li> <li>— Organização de um registo que enumere os recursos interpostos e respondidos pelo Ministério Público, identifique o processo respectivo e indique o seu desfecho.</li> </ul>
B.10 – Cooperação com demais profissões judiciárias	<p>1. TODAS AS JURISDIÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Sensibilização dos juízes para a necessidade de articularem agendas com os procuradores, de molde a garantir uma efetiva representação nos atos judiciais e a disponibilidade de tempo adequado à realização das diligências próprias do Ministério Público.</li> </ul>
C. CELERIDADE	
C.1 – Decisão de mérito em tempo útil	<p>1. SECÇÕES DE FAMÍLIA E MENORES:</p> <p>1.1. Processos administrativos:</p> <p>1.1.1. Para instauração de procedimentos, principais ou dependentes, relativos ao exercício das responsabilidades parentais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Duração máxima de <u>um mês</u> até à apresentação de petição ou requerimento inicial ou à decisão de arquivamento sem instauração de procedimento judicial;</li> <li>— Arquivamento do processo após a instauração do procedimento judicial, salvo reclamando inequivocamente a lide acompanhamento pelo processo auxiliar.</li> </ul> <p>1.1.2. Para instauração de procedimentos relativos ao estabelecimento da filiação:</p> <p>1.1.2.1. Para ações oficiosas de investigação de maternidade ou paternidade e de impugnação de paternidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Duração máxima de <u>um mês</u> até à apresentação de petição inicial em juízo;</li> </ul> <p>1.1.2.2. Para ações de investigação de maternidade ou paternidade e de impugnação de paternidade ou perfilhação, em representação de incapazes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Duração máxima de <u>seis meses</u> até à apresentação de petição inicial</li> </ul>



	<p>em juízo ou à decisão de arquivamento sem instauração de procedimento judicial;</p> <p>1.2. Procedimentos de averiguação oficiosa de maternidade ou paternidade e de impugnação de paternidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Duração máxima de um ano até à decisão final;</li> <li>— Finalização até 31.8.2016 de todos os procedimentos instaurados em data anterior a 1.9.2015.</li> </ul> <p>1.3. Procedimentos previsto no Decreto-Lei n.º 272/2001 de 27.10.</p> <p>1.3.1. Parecer em acordo de regulação do exercício das responsabilidades parentais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Duração máxima de <u>oito dias</u>, até à prolação do parecer ou devolução à Conservatória com sugestão de alterações;</li> </ul> <p>1.3.2. Processo de autorização de prática de atos, de suprimimento de consentimento e de aceitação de liberalidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Duração máxima de seis meses até à decisão de mérito;</li> <li>— Finalização até 31.8.2016 de todos os procedimentos instaurados em data anterior a 1.3.2016.</li> </ul> <p>1.4. Inquéritos tutelares educativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Duração máxima de três meses, excepcionalmente prorrogável até seis, até à decisão de encerramento, nesta incluída a de suspensão nos termos do art.º 84º da LTE.</li> <li>— Finalização até 31.8.2106 de todos os procedimentos instaurados antes de 1.3.2016.</li> </ul> <p>2. SECÇÕES DE TRABALHO.</p> <p>2.1. Processos administrativos:</p> <p>2.1.1. Para instauração de ações emergentes de contrato individual de trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Duração máxima de <u>seis meses</u> até à apresentação de petição inicial ou à decisão de arquivamento sem instauração de procedimento judicial;</li> </ul> <p>2.1.2. Para apresentação de petição inicial ou requerimento de junta médica em processos de acidente de trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Duração máxima de <u>20 dias</u>, excepcionalmente prorrogáveis em caso de petição inicial até ao limite de idêntico período, até à apresentação da peça em juízo.</li> </ul> <p>2.2. Processos de acidente de trabalho na fase conciliatória:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Duração máxima de oito meses até à conclusão da diligência de tentativa de conciliação;</li> <li>— Finalização até 31.8.2016 de todos os procedimentos instaurados em data anterior a 1.1.2016.</li> </ul>
--	---

	<p>2.3. Incidentes de atualização de pensão em processo de acidente de trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Criação paulatina de mecanismos de controlo efetivo dos processos em que deve ter lugar a atualização de pensões, preferencialmente através da criação de um ficheiro electrónico.</li> </ul> <p>2.4. Recurso de impugnação em processo de contraordenação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Catalisação da prolação de decisões por simples despacho, declarando o Ministério Público no requerimento de remessa do procedimento a juízo a sua não oposição a essa forma de decisão nos casos de manifesta desnecessidade de produção de prova adicional.</li> </ul> <p>3. SECÇÕES DA ÁREA DA JURISDIÇÃO CÍVEL – secções cíveis centrais e locais, secções centrais de execução e secções centrais de comércio.</p> <p>3.1. Processos administrativos para instauração de procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Duração máxima de seis meses até à apresentação de petição ou requerimento inicial ou à decisão de arquivamento sem instauração de procedimento judicial, inclusivamente nos para ações especiais para declaração de interdição por anomalia psíquica, aqui com atenção às situações, frequentes, de idosos economicamente carenciados e sem familiares que os representem, por isso que dependente a instauração da cação do seu acolhimento, normalmente demorado, em instituição da Segurança Social a cujo diretor compete o cargo de tutor;</li> <li>— Arquivamento do processo após a instauração do procedimento judicial, salvo reclamando inequivocamente a lide acompanhamento pelo processo auxiliar;</li> <li>— Finalização até 31.8.2016 de todos os processos administrativos com data de instauração anterior 1.3.2016, salvo os de justificado acompanhamento da lide judicial.</li> </ul> <p>4. SECÇÕES DA ÁREA DA JURISDIÇÃO CRIMINAL – secções criminais centrais e locais.</p> <p>4.1. Processos administrativos para instauração de procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Redução ao mínimo indispensável dos casos de instauração de processo administrativo, privilegiando-se o desencadeamento dos procedimentos judiciais à, simples, vista dos expedientes avulsos nos casos de recurso de impugnação de contraordenação e de execução para cobrança de coimas e respectivas custas.</li> <li>— Duração máxima do processo de cinco meses até à apresentação de petição ou requerimento inicial ou à decisão de arquivamento sem instauração de procedimento judicial, mormente, nos casos de internamento compulsivo;</li> <li>— Arquivamento do processo após a instauração do procedimento judicial, salvo reclamando inequivocamente a lide acompanhamento pelo processo auxiliar.</li> </ul> <p>4.2. Processo sumário – fase preliminar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Encaminhamento para suspensão provisória de um mínimo de 60%</li> </ul>
--	---

	<p>casos desta espécie;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Recurso preferencial ao processo sumaríssimo e abreviado nos casos remetidos para processo comum.</li> </ul> <p>4.3. Recurso de impugnação em processo de contraordenação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Catalisação da prolação de decisões por simples despacho, declarando o Ministério Público no requerimento de remessa do procedimento a juízo a sua não oposição a essa forma de decisão nos casos de manifesta desnecessidade de produção de prova adicional.</li> </ul>
C.2 – Acessibilidade no atendimento ao público	<p>1. TODAS AS JURISDIÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Serviço permanente de atendimento ao público por magistrado.</li> </ul>
<b>D. QUALIDADE ORGANIZACIONAL</b>	
D.1 – Política de comunicação: Portal do Ministério Público/Página da comarca e Gabinete de Imprensa	<p>1. TODAS AS JURISDIÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Comunicação tão precoce quanto possível ao magistrado coordenador de todas as questões – notícia das situações, prolação de decisões do Ministério Público ou judiciais, etc. – de complexidade acima do mais comum ou de repercussão social, a fim de viabilizar a ponderação, em tempo útil, sobre a conveniência da sua divulgação pública através do portal do Ministério Público.</li> </ul>

# OBJETIVOS PROCESSUAIS/AÇÕES A DESENVOLVER

## DIAP DA COMARCA DO PORTO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ANUAIS	OBJETIVOS PROCESSUAIS/ AÇÕES A DESENVOLVER
<b>A. ÁREAS PRIORITÁRIAS</b>	
A.1 Corrupção e criminalidade económico-financeira	<ul style="list-style-type: none"><li>— Dinamização de pontos de contacto para a Criminalidade Económico-Financeira, nas secções especializadas.</li><li>— Potenciar a criação de equipas intra-secções para os casos mais complexos</li><li>— Necessidade de realização de ações de formação na área da Criminalidade Económico-Financeira</li><li>— Incentivar a troca de experiências entre Magistrados que exercem funções nas secções especializadas.</li><li>— Ponderar a necessidade de recorrer ao NAT da PGR, a fim de serem nomeados assessores ou indicados peritos, de acordo com a especificidade da matéria em questão, logo no início da investigação, por forma a não se atrasar a investigação a final, aguardando-se a sua disponibilidade.</li><li>— Avocar a investigação de inquéritos complexos, nas situações em que as diligências não dependam dos OPC e os factos tenham maior repercussão social.</li><li>— Tendencial uniformização de procedimentos a partir do DIAP Distrital do Porto.</li><li>— Crimes fiscais:</li><li>— Reanálise dos fundamentos que determinaram a suspensão dos processos penais fiscais no âmbito do art. 47º, do RGIT, para apurar se, face às alterações legislativas, entendimentos jurisprudenciais, decisões de for administrativo ed eventuais pagamentos das dívidas fiscais e acréscimos legais entretanto ocorridos, se justifica continuarem suspensos;</li><li>— Incrementar a aplicação da SPP em processos de natureza criminal fiscal, sob condição de pagamento de quantias pecuniárias a favor do Estado;</li><li>— Instruir o inquérito com o certificado de registo criminal das pessoas coletivas;</li><li>— Ter especial atenção aos termos em que é elaborado TIR relativamente às pessoas colectivas, elaborando-se modelo a divulgar e adotar no DIAP do Porto.</li><li>— Crimes de insolvência:</li></ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Particular atenção na análise das perícias realizadas pelo Sector de Perícia Financeira - Contabilística da Polícia Judiciária, dada a sua especificidade técnica.</li> <li>— Ponderar eventual apoio de assessor do NAT, tendo em vista a elaboração de quesitos complementares dessas perícias, que permitam demonstrar que os factos já apurados, que integram as condutas descritas no artº. 227º, do CP, contribuíram para a situação de impotência económica da empresa de que resultou a sua insolvência;</li> <li>— Realização no DIAP de diligências tendentes a apurar se se verifica a agravação do crime de insolvência, prevista do artº. 229-A, do Cód. Penal.</li> </ul>
A.2 Violência Doméstica	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Mais cooperação/articulação entre Magistrados que nas várias secções do DIAP tramitam inquéritos em que se investigam crimes de violência doméstica, maus-tratos e contra a autodeterminação sexual, com a realização de reuniões de trabalho entre todos.</li> <li>— Incremento de reuniões periódicas entre os Magistrados os OPC que investigam esta criminalidade.</li> <li>— . Inscrição e frequência de ações de formação, designadamente em ordem a melhor perceber as reações das vítimas, a nível psicológico.</li> <li>— Participação em conferências, workshops, seminários, etc, em que os Magistrados transmitam a experiência e conhecimento adquiridos.</li> <li>— Reuniões com outros organismos (CPCJ, Hospitais, Escolas, etc) com o objetivo de sinalizar/antecipar/prevenir/reprimir situações de risco.</li> <li>— Intensificar a divulgação da atuação do MP disponibilizando-se a participar em atividades desenvolvidas por outras entidades.</li> </ul>
A.3 Cibercrime e prova digital	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Ações de formação, solicitando-se o apoio do Gabinete do Cibercrime da Procuradoria Geral da República e da Polícia Judiciária, com o formato de workshops em que discutam questões concretas da prática processual.</li> <li>— Formação a nível de aquisição de noções básica de informática, nomeadamente ao nível de terminologia utilizada (site, byte, layout, back office, HTML, etc) a ocorrer no âmbito do Protocolo estabelecido entre a PGD do Porto e o IPB de Bragança.</li> <li>— Atualização dos pontos de contacto do cibercrime.</li> <li>— Otimizar a utilização da informação constante do SIMP temático.</li> </ul>
A.5 Recuperação de ativos	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Incrementar a realização das diligências necessárias, logo no início do inquérito, para a futura liquidação do património, nos termos da Lei nº 5/2002, de 11 de janeiro, ponderando desde logo o recurso ao GRA.</li> <li>— Ponderar igualmente o recurso ao disposto no artº. 111º, nº. 2, do CPenal, tendo por objectivo a perda a favor do Estado de vantagens decorrentes da prática do crime, nos casos em que não se está perante os crimes de catálogo da Lei nº 5/2002.</li> <li>— Dinamizar a intervenção do GRA com mais ações de formação/informação, em jeito de "balanço" das ações inicialmente</li> </ul>

	<p>levadas a cabo pela PGD do Porto e pelo GRA.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— . Apoio na elaboração das liquidações de património.</li> </ul>
A.6 Proteção da vítima	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Necessidade de aperfeiçoar o primeiro atendimento à vítima, designadamente através do GAIV da PSP que poderia alargar a sua área de intervenção ao Grande Porto.</li> <li>— Intensificação de colaboração com associações de apoio à vítima.</li> <li>— Desenvolvimento de ações tendentes à obtenção da colaboração de instituições que possam prestar apoio psicológico às vítimas.</li> <li>— Na sequência do protocolo estabelecido entre a PGD do Porto e a UC do Porto, prestação de apoio psicológico às vítimas.</li> <li>— Procura de apoio, designadamente de ordem financeira, a nível europeu, para projetos vocacionados para o apoio à vítima.</li> </ul>
A.7 Direitos das crianças e jovens	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Desenvolvimento e aprofundamento dos contactos com instituições vocacionadas para o apoio às crianças e jovens, com a realização de reuniões, de modo a obter-se uma atuação conjugada em situações de prática de crimes de que sejam vítimas.</li> <li>— Reuniões de sensibilização com profissionais que mais de perto lidam com crianças e jovens, designadamente no âmbito escolar, no sentido de prevenir, detetar, combater situações de prática de crimes de que possam ser vítimas.</li> <li>— Reuniões de sensibilização com crianças e jovens sobre perigos decorrentes da utilização da internet.</li> <li>— Divulgação das competências do MP nesta área.</li> </ul>
A.8 Direitos dos Idosos	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Prestação de especial atenção a situações de violência, abuso, exploração ou discriminação de idosos, tanto do ponto de vista físico como psicológico.</li> <li>— A realização de reuniões com as instituições que mais de perto lidam/cuidam de idosos: IPSS, Misericórdias, Hospitais, serão uma forma de prevenir/sensibilizar/conhecer tais situações;</li> <li>— Colocar especial enfoque juntos dos OPC para a necessidade do especial acompanhamento das situações de idosos que vivam sozinhos, em ordem a detetar quebras de rotinas que podem indiciar situações de risco de serem vítimas da prática de crimes.</li> <li>— Divulgação das competências do MP nesta área.</li> </ul>
<b>B. QUALIDADE DA AÇÃO</b>	
B.2 Visão integrada da intervenção do Ministério Público nas diferentes fases processuais e	<ul style="list-style-type: none"> <li>— As reuniões entre os Magistrados que dirigem o Inquérito e os que, posteriormente, intervêm na Instrução e no Julgamento, são fundamentais para o sucesso da atuação do Ministério Público, designadamente nos processos de maior complexidade, devendo, se necessário, a magistrado que deduziu a acusação ter intervenção ativa na Instrução/Julgamento.</li> <li>— Estabelecimento de canais de comunicação que permitam obter “feedback” quanto à atuação do MºPº no inquérito.</li> <li>— Necessidade de comunicação ao DIAP das</li> </ul>

instâncias	absoluções/condenações ocorridas em julgamento.
B.3 Articulação da intervenção entre diversas jurisdições	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Incremento da articulação entre os Magistrados que funções no DIAP e os que as exercem nas secções de Família e Menores, de modo a evitar decisões contraditórias em ambas as jurisdições.</li> </ul>
B.4 Reforço da direção efetiva do inquérito	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Concentração no primeiro despacho das diligências de investigação.</li> <li>— Fiscalização da atuação dos OPC, com efetivo controlo dos prazos concedidos para a investigação.</li> <li>— Se necessário solicitar intervenção do superior hierárquico o mais tardar após 2/3 insistências.</li> <li>— Ações de formação sobre direção de inquérito.</li> <li>— Maior intervenção hierárquica oficiosa ao abrigo do disposto no art. 278º, nº 1, do CPP.</li> </ul>
B.5 Articulação com Órgãos de Polícia Criminal e outras entidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Reuniões de planeamento da investigação</li> <li>— Incrementar os contactos entre o Magistrado que dirige o inquérito e o OPC que investiga, evitando-se a remessa tabelar do inquérito para investigação.</li> <li>— Indicação sempre que necessário das concretas diligências de prova pretendidas.</li> </ul>
B.6 Atendimento ao público de qualidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>— A intervenção do Magistrado no atendimento ao público deverá pautar-se por critérios de legalidade e objectividade, na procura do cabal esclarecimento do cidadão que se dirige ao Ministério Público.</li> <li>— Disponibilidade para atendimento rápido/imediato do cidadão que procura o Ministério Público, sendo de evitar a designação de data posterior para o atendimento.</li> </ul>
B.7 Simplificação e clareza da intervenção do Ministério Público	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Utilização de linguagem simples e acessível ao cidadão quaisquer que sejam as respetivas qualificações, designadamente considerando a sua maturidade e alfabetismo.</li> <li>— . Divulgação da atividade do MP de forma clara e perceptível.</li> </ul>
B.9 Cooperação judiciária internacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Considerando a inexistência de registo central das CR expedidas, passará a proceder-se à comunicação da sua expedição à direção do DIAP que organizará um registo central.</li> <li>— Incentivar os Magistrados no sentido da intervenção ativa na elaboração das CR não deixando a sua emissão apenas ao cuidado do funcionário.</li> <li>— Especificação clara, acessível e pormenorizada dos objetivos da CR, em ordem a que a autoridade estrangeira tenha uma fácil a correta apreensão dos fim a que a CR se destina.</li> <li>— Evitar a remessa de certidão/documentos solicitando-se sejam feitas perguntas “sobre o seu conteúdo”.</li> </ul>

c. CELERIDADE	
C.1 Decisão de mérito em tempo útil	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Controlo efetivo dos prazos concedidos ao OPC</li> <li>— Cumprimento da Circular n.º 2/92, no que concerne ao agendamento das diligências pelos Magistrados.</li> <li>— Na área da comarca, devem convocar-se as pessoas para prestar depoimento na secção onde corre termos o inquérito e/ou solicitar-se a diligência ao OPC da área da residência.</li> <li>— Expedição direta de ofícios aos OPC de fora do Município</li> <li>— Insistir junto dos vários organismos a quem foram solicitadas informações, exames, etc, pelo respectivo envio, se necessário com recurso à intervenção do superior hierárquico.</li> <li>— Diminuição do tempo médio de duração dos inquéritos.</li> </ul>
C.2 Acessibilidade no atendimento ao público	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Disponibilidade completa do Magistrado para o atendimento, de forma clara, simples e acessível.</li> <li>— O esclarecimento do cidadão que procura o Ministério Público é fundamental para a prestação de um serviço de qualidade.</li> </ul>

Porto, 6.10.2015.

O procurador-geral-adjunto coordenador,  
Eduardo Gonçalves de Almeida Loureiro.